



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº DE 2001
(Do Sr. Hélio Costa)

Solicita esclarecimentos ao Senhor Ministro Chefe da Casa Civil, Pedro Parente, sobre o valor devido, as razões para o não pagamento e a previsão de quitação dos compromissos financeiros assumidos pelo governo brasileiro com a Organização das Nações Unidas (ONU) e outros organismos internacionais.

Senhor Presidente,

Nos termos do Art. 50, § 2º da Constituição Federal, e nos Arts. 24, inciso V, e 115, inciso I, do Regimento Interno, requeiro a Vossa Excelência, ouvido o Plenário desta Comissão, que envie requerimento de informação ao Senhor Ministro Chefe da Casa Civil, Pedro Parente, solicitando esclarecimentos sobre o valor devido, as razões para o não pagamento e a previsão de quitação dos compromissos financeiros assumidos pela República Federativa do Brasil com a Organização das Nações Unidas (ONU) e outros organismos internacionais.

Justificação

Nos últimos dias, a imprensa nacional e internacional tem noticiado fatos que afetam negativamente a imagem do Brasil no exterior e que podem eventualmente prejudicar sua participação nos principais fóruns internacionais.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL

Matéria publicada no jornal *The Washington Post* (18/08/01, p. A18) revela que o Brasil deve US\$ 38 milhões para o orçamento regular da ONU. Outra matéria, publicada na revista *Isto É Dinheiro* (edição 208, p.35), informa que 18 ministérios com participação em organismos internacionais estão em débito e que somente o ministério das Relações Exteriores acumula uma dívida de US\$ 129,5 milhões com mais de 50 organizações internacionais.

A referida matéria aponta consequências graves para as relações exteriores do País, como a exclusão do Brasil das reuniões da Agência Internacional de Energia Atômica, a perda do direito de voto na Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (Unido) e a possibilidade de perda do direito de voto na ONU, a partir de 2002.

Plenário Franco Montoro, em 21 de agosto de 2001.

Deputado **Hélio Costa**
(PMDB-MG)